DISPENSA ELETRÔNICA Nº 00013/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0350015.00000010/2026-09

CONTRATO Nº: 30003/2026-SDC

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CRMV-PB E PRINTPAGE TECNOLOGIA LTDA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado CRMV-PB - Praça Pedro Gondim, 123 - Torre - João Pessoa - PB, CNPJ nº 08.680.886/0001-73, neste ato representada pelo Presidente José Cecílio Martins Neto, Brasileiro, Solteiro, Médico Veterinário, residente e domiciliado na Praça Pedro Gondim, 123 - Torre - João Pessoa - PB, CPF nº 011.725.124-00, Carteira de Identidade nº 2403319 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado PRINTPAGE TECNOLOGIA LTDA - TRAVESSA SAO CRISTOVAO, 93 - JACARECICA - MACEIO - AL, CNPJ nº 42.925.322/0001-91, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:
Este contrato decorre da Dispensa Eletrônica nº 00013/2026, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Instrução Normativa nº 67 SEGES/ME, de 08 de Julho de 2021; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:
O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada pelo Despacho nº DE 00013/2026 - 02, de 02 de Setembro de 2026, tem por objeto: Prestação de serviços de locação de impressoras, incluindo o fornecimento de equipamentos, instalação, configuração, manutenção, reposição de peças,suprimentos, suporte técnico especializado, pata atender às necessidades do CRMV–PB.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de Dispensa Eletrônica nº 00013/2026 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:
O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R$ 5.340,00 (CINCO MIL E TREZENTOS E QUARENTA REAIS).

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	LOCAÇÃO DE IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL JATO DE TINTA COLORIDA CANON G7010, COM	MES	12	445,00	5.340,00

	SISTEMA DE TANQUE DE TINTA, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO DE ATÉ 13 PPM EM PRETO E 6,8 PPM EM CORES, RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO DE ATÉ 4.800 × 1.200 DPI, ALIMENTADOR DE PAPEL COM CAPACIDADE DE ATÉ 350 FOLHAS, COMPATÍVEL COM PAPEL NOS FORMATOS A4, CARTA, OFÍCIO E OUTROS FORMATOS SUPORTADOS PELO EQUIPAMENTO, COM FUNÇÕES DE IMPRESSÃO, CÓPIA, DIGITALIZAÇÃO E ENVIO/RECEPÇÃO DE FAX. EQUIPAMENTO COM ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA COMPATÍVEL COM 110/220V, CONFORME CONFIGURAÇÃO DISPONIBILIZADA. A LOCAÇÃO DEVERÁ INCLUIR, SEM CUSTOS ADICIONAIS, O FORNECIMENTO DE TINTAS, PEÇAS, COMPONENTES, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NECESSÁRIA AO PERFEITO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO DURANTE TODO O PERÍODO DA LOCAÇÃO.				
				Total:	5.340,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/08/2026.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do seguinte parâmetro, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA-IBGE.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.
O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:
As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:
6.2.2.1.1.01.02.02.006.037–Locação de Máquinas e Equipamentos – PJ

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: O (os) pagamento (os) sera em favor da (as) contratada (as) será efetuado até 30 (trinta) dias, mediante apresentac&o da nota (as) fiscal (ais), devidamente atestada

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:
Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:
a - Início: 5 (cinco) dias;
b - Conclusão: 12 (doze) meses.
A vigência do presente contrato será determinada: até 23/10/2027, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;
c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;
e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:
a - Executar devidamente o serviço descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
i - Apresentar, quando solicitado pelo Contratante, sob pena da mesma multa aplicada pela infração administrativa de dar causa à inexecução total da contratação, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do presente contrato, na forma estabelecida no Art. 50, da Lei 14.133/21;
j - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:
Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.
Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:
Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.
Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contatado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das

exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O fornecedor ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: EM = N × VP × I, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX ÷ 100) ÷ 365, sendo TX = percentual do IPCA–IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.
d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.
k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de João Pessoa.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

João Pessoa - PB, 23 de Outubro de 2026.

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

JOSE CECILIO MARTINS NETO:01172512400 Assinado de forma digital por JOSE CECILIO MARTINS NETO:01172512400 Dados: 2026.10.23 13:24:21 -03'00'

JOSÉ CECÍLIO MARTINS NETO
Presidente
011.725.124-00

PELO CONTRATADO

PRINTPAGE TECNOLOGIA LTDA

End. Praça Pedro Gondim, 123 – Torre – João Pessoa - PB
CEP: 58.040-360 / Fones: (083) 3222-7980/ (83) 9984-6656
E-MAIL – licitacoesecontratos@crmvpb.org.br

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DA PARAÍBA – CRMV-PB
Praça Pedro Gondim, 123 – Torre – João Pessoa/PB – CNPJ nº 08.680.886/0001-73
SETOR DE CONTRATAÇÃO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 01/2026

Dispensa Eletrônica	Nº 00013/2026
Processo Administrativo	Nº 0350015.00000010/2026-09
Contrato	Nº 30003/2026-SDC, de 23/10/2026
Contratada	PRINTPAGE TECNOLOGIA LTDA
CNPJ	42.925.322/0001-91
Endereço	Travessa São Cristóvão, 93 – Jacarecica – Maceió/AL
Valor global	R$ 5.340,00 (cinco mil, trezentos e quarenta reais)
Vigência contratual	Até 23/10/2027
Dotação orçamentária	6.2.2.1.1.01.02.02.006.037 – Locação de Máquinas e Equipamentos – PJ

O **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DA PARAÍBA – CRMV-PB**, por intermédio de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Contrato nº 30003/2026-SDC, decorrente da Dispensa Eletrônica nº 00013/2026, e nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **AUTORIZA** a empresa **PRINTPAGE TECNOLOGIA LTDA** a dar início à execução do serviço abaixo discriminado:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QTD.	P. UNIT. (R$)	P. TOTAL (R$)
1	Locação de impressora multifuncional jato de tinta colorida Canon G7010, com sistema de tanque de tinta, funções de impressão, cópia, digitalização e fax, incluindo, sem custos adicionais, fornecimento de tintas, peças, componentes, manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica durante todo o período da locação.	MÊS	12	445,00	5.340,00
				TOTAL	**5.340,00**

1. A Contratada deverá iniciar a execução do serviço no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da assinatura do Contrato, ou seja, até 28/10/2026, procedendo à entrega, instalação e configuração do equipamento na sede do CRMV-PB, situada na Praça Pedro Gondim, 123 – Torre – João Pessoa/PB.

2. O prazo de execução do serviço é de 12 (doze) meses, observada a vigência contratual até 23/10/2027, admitida a prorrogação nos termos dos arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133/2021.

3. Durante todo o período da locação, a Contratada fornecerá, sem custos adicionais, tintas, peças, componentes, manutenção preventiva e corretiva e suporte técnico especializado necessários ao perfeito funcionamento do equipamento.

4. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante apresentação da nota fiscal mensal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, observados os arts. 141 a 146 da Lei nº 14.133/2021 e a comprovação da manutenção das condições de habilitação.

5. A execução será acompanhada e fiscalizada pelo gestor e pelo fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, e o recebimento do objeto observará o art. 140 do mesmo diploma legal.

6. O descumprimento das condições estabelecidas nesta Ordem de Serviço e no Contrato sujeitará a Contratada às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

João Pessoa/PB, 23 de outubro de 2026.

JOSE CECILIO MARTINS NETO:01172512400
Assinado de forma digital por JOSE CECILIO MARTINS NETO:01172512400
Dados: 2026.10.23 13:24:45 -03'00'

JOSÉ CECÍLIO MARTINS NETO
Presidente do CRMV-PB

CIENTE DA CONTRATADA

Recebi a presente Ordem de Serviço em ____/____/2026.

DAYANA DE LIMA MARIANO VALDONADO:08587447408
Assinado de forma digital por DAYANA DE LIMA MARIANO VALDONADO:08587447408
Dados: 2026.10.29 20:06:44 -03'00'

PRINTPAGE TECNOLOGIA LTDA
CNPJ nº 42.925.322/0001-91